

As rádios comunitárias como espaços contra-hegemônicos: entrevista com Raquel Paiva

Na era do lucro e de uma hegemonia fincada por traços individualistas e laços meramente contratuais, surgem alternativas à produção e ao conteúdo dos mass media

Por Maria Moraes Luz¹

As rádios comunitárias surgem na década de 1970 engendradas em movimentos sociais contra-hegemônicos a favor do mundo com muitas vozes, abaixo ditaduras. Com o passar dos anos, essas emissoras sofrem metamorfoses significativas que modificam suas finalidades, o público, o conteúdo e até mesmo sua própria definição merece ser revista. A revisita de conceitos que remetem a fenômenos sociais históricos em suas versões contemporâneas é fundamental para não perdermos de vista a dinâmica da própria sociedade, especificamente no caso dos veículos comunitários que são marcados socialmente. O que se apresenta na contemporaneidade é uma diversidade de emissoras com fins não só comunitários, mas também político-partidários, econômicos, religiosos e até ilícitos, em alguns casos.

Para analisar a atual conjuntura desse universo de emissoras comunitárias tão contraditório e diversificado, a revista EPTIC entrevista uma das pesquisadoras de maior referência na área, a professora Dra. Raquel Paiva, criadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes (ECO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O LECC realiza pesquisas de campo em rádios, jornais e televisões comunitários do estado do Rio de Janeiro, estudos teóricos com interpretação de textos importantes para a temática toda quinta-feira, cursos de formação de repórteres populares em vários bairros da cidade do Rio e Baixada Fluminense. O Laboratório já publicou a Cartilha do Repórter Comunitário e em integração com a graduação, idealizou e criou o jornal *O Comum*, produzido pelos alunos da disciplina Imprensa Comunitária, cujo objetivo é ressaltar o caráter social, político e cultural das rádios comunitárias. O periódico é bimestral e está sob a responsabilidade de Raquel e outro acadêmico, André Esteves. O LECC tornou-se parceiro do Observatório de Favelas no projeto Escola de Comunicação Crítica e ultrapassa os limites da universidade, com pesquisadores cujas produções são referência para a área, tanto nacional como internacional.

Raquel também é autora de publicações sobre Comunicação Comunitária, como **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**, **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social** e **Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa**. Sempre com o conceito sobre Comunidade permeando todas as discussões, a pesquisadora não perde de vista a importância de a humanidade realizar trocas simbólicas, com o verdadeiro dar e receber, identificar e diferenciar-se. Algo

¹ Jornalista e Assistente Social. Mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Email: moraesluz@gmail.com

praticamente extinto na pós-modernidade, em que a troca existente é basicamente a monetária. Os laços são jurídicos e os indivíduos vivem isolados uns dos outros. Por isso, nada mais do que essencial discutirmos novos conceitos e novas alternativas contra-hegemônicas a esse modelo neoliberal. O “outro” precisa ser compreendido pelo “eu”, compartilhar valores, idéias e comportamentos em um perfil comunitarista e não individualista e mecanicista.

Raquel elucida conceitos relacionados ao de comunidade, práticas no âmbito das rádios comunitárias e perspectivas de ações propositivas em relação a esses veículos. Por meio da sua vasta produção acadêmica e experiência prática com comunicação comunitária, ela esclarece várias questões sobre a temática, falando da construção de um fórum de debate em que nem sempre o consenso é o esperado, mas sim a discussão que pode ou não levar a este.

EPTIC- Com o avanço do neoliberalismo, a partir do final da década de 70, nos países centrais e no final dos anos 80 na América Latina, o Estado passa a não mais regular o mercado e os gastos sociais reduzem-se com a formação de um Estado Social Mínimo. No Brasil, os serviços sociais nas áreas de saúde, previdência social e comunicação são privatizados e a globalização passa a padronizar valores e identidades. Contudo, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo compromete negativamente o social e tenta padronizar comportamentos, há a busca pelo local, por valores compartilhados e ações comunitárias contra-hegemônicas, como as realizadas por muitas emissoras comunitárias. Diante desse panorama complexo e contraditório, qual seria um conceito (ou conceitos) mais próximo e representativo do que venha a ser uma rádio comunitária na atualidade?

RP- Sem dúvida alguma muito preciso e necessário este enquadramento histórico que você conferiu à pergunta, porque para analisarmos a presença da proposta alternativa temos que considerar esse contexto. O que temos chamado de rádios comunitárias anteriormente eram nomeadas e auto-designadas por rádios piratas, substituídas por rádios alternativas e emissoras populares. Poderíamos avaliar a pertinência e as implicações de cada uma dessas designações, entretanto, respondendo diretamente à sua questão, acredito que o conceito mais significativo e apropriado para o que venha ser uma rádio comunitária na atualidade é o seu papel e lugar contra-hegemônico no contexto hegemônico, caracterizado como midiático, ou se quiser, *mass* midiático. Esse papel se caracteriza pela necessária e imprescindível contraposição ao sistema vigente de produção, de representação, de apropriação, identificação e significação em vigor nas sociedades atuais. E note que podemos até mesmo metaforizar a expressão “emissoras comunitárias”, porque se trata na verdade de uma disposição política mais que qualquer outra coisa. E esta disposição deve ser engendrada por um grupo organicamente organizado, este sim é o componente importante. A rádio atua como dispositivo, por isso pode-se metaforizá-lo. Poderíamos falar de um grupo de teatro comunitário, uma tevê comunitária, uma escola comunitária, etc.

EPTIC- Segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos é preciso na “pós-modernidade” encontrar novas formas de cidadania coletiva e não meramente

individuais, que incentivem a autonomia, combatendo a dependência burocrática, além de tentar personalizar as competências interpessoais em vez de as sujeitarem aos padrões abstratos. Para Santos, o neoliberalismo apropriou-se desta categoria (cidadania) para avançar com seu projeto político, econômico, cultural e social. Os cidadãos passam a entender suas obrigações políticas para com o Estado, mas não compreendem e desobedecem a “obrigação” política horizontal, o compromisso para com o outro. De que forma as emissoras comunitárias podem então contribuir para o exercício desta cidadania coletiva?

RP- Muito propícia a abordagem a partir do pensador português Boaventura de Souza Santos. Eu concordo integralmente com ela, basta ver, exemplificando e aplicando a sua avaliação aos estudos desenvolvidos na nossa área. É surpreendente o *boom* de pesquisadores e pesquisas atualmente na área da comunicação comunitária no país. Evidentemente nem todos seguem esta nomeação, mas estão atuando com este enfoque ainda que se auto-intitulem alternativos, minoritários, etc. Eu me preocupo um pouco com isto por alguns motivos. O primeiro é se de fato estejam trabalhando com esta perspectiva. Se assim for, será muito positivo tanto para quem atua como para quem pesquisa na área porque passamos a ter novos lugares de fala, novas possibilidades de diálogo e a multiplicidade sempre pode ser muito positiva, em especial por poder aportar novas saídas. Entretanto, caso seja apenas uma maquiagem, em função da urgência da temática em especial para os países periféricos ou por se supor a existência de financiamentos, então nós corremos o risco de estarmos diante de um abismo, um desgaste da temática e conseqüentemente seu enfraquecimento como dispositivo dentro do que o próprio Boaventura Souza Santos chamou de “Sociologia das Ausências”, ou seja, uma racionalidade preguiçosa que produz como ausente uma realidade que poderia estar presente. Diante desse quadro, eu me recordo do filósofo romântico alemão, Friedrich Schleiermacher, com a sua distinção nos seus “Monólogos” entre os “filhos do espírito” e os “filhos do mundo”, conferindo ao primeiro grupo a autenticidade na busca das palavras apropriadas para cada expressão e ao segundo grupo um certo tipo de usurpação dos achados do primeiro. Acredito que é uma maneira singela, mas efetiva para explicar o que ocorreu com relação à categoria cidadania, como você trouxe. Diante desse quadro, acho que o papel das emissoras e dos trabalhos que de fato estão organicamente relacionados às atividades dos veículos comunitários continuará atuando no sentido de fomentar a consolidação da cidadania coletiva, por meio da sua disposição fundamentalmente educativa. Nós acreditamos cada vez mais nisso e este será o enfoque dos estudos do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária para os próximos anos: o investimento real e efetivo no viés educacional. Acreditamos que esta é atualmente a única maneira pela qual se pode aceder à condição de cidadãos plenos. O que precisamos agora é qualificar esta educação.

EPTIC- As rádios comunitárias podem ser compreendidas pela senhora como uma “comunidade gerativa”, por estar em consonância com a estrutura comunitária que a abriga; por haver uma dinâmica de diferenciação e identificação, do dar e receber, uma relação entre sujeitos individuais que buscam um “espírito comum”, em uma troca

relativa à obrigação originária que se tem para com o outro. Como fica essa relação entre os atores envolvidos no processo de comunicação comunitária com o advento da internet?

RP- Há alguns anos pensei nessa categoria “comunidade gerativa” precisamente porque tinha a preocupação operativa do empenho comunitário e vinculativo. Sendo assim, compreendemos que o processo entre todos os atores envolvidos no propósito do bem comum - o comum entendido como categoria ordinária, quotidiana, visceral e imprescindível para o cidadão - é o que determina e qualifica o pertencimento. Por esta razão, os meios, instrumentos tecnológicos ou não, que propiciem o estreitamento desta conexão só podem e devem ser comemorados. Não apenas o seu uso, mas e principalmente a posse e manipulação das inovações tecnológicas.

EPTIC- A comunidade que pleiteia o serviço de comunicação vive em consonância com a sociedade, onde as relações são contratuais e menos marcadas por vínculos. Os indivíduos são autônomos e isolados, mas juridicamente relacionados. A troca é monetária, colocada sob a égide de um mercado absoluto. Entretanto, na contemporaneidade, muitas emissoras legalizadas não objetivam o bem comum e sim interesses individuais, dirigismos religiosos ou político-partidários. De acordo com Venício Artur de Lima e Cristiano Lopes, em pesquisa realizada em 2007, das 2.205 rádios comunitárias legalizadas até 2004, 1.106 (50,2%) são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos e líderes partidários. E entre os anos de 2003 e 2004, dos 1.822 processos que não tinham um “padrinho político”, apenas 146 foram aprovados e dos 1.010 processos apadrinhados, 357 foram aprovados, tendo suas outorgas garantidas. Muitas emissoras criam inclusive as associações apenas para conseguirem a outorga. Será que o processo de legalização e após o contrato firmado as relações nesses meios passam a ser societárias em vez de comunitárias? E até que ponto é interessante a legalização?

RP- De fato, como em todos os casos, em especial em lugares com sistema pouco igualitário, com excesso de procedimentos burocráticos e um alto índice de corrupção, como no caso brasileiro, constata-se procedimentos dos mais absurdos. Existem casos de emissoras que estão vinculadas com o tráfico de drogas? Sim existem. Existem emissoras cujos objetivos são apenas financeiros? Existem. Existem emissoras vinculadas apenas a igrejas das mais diferentes seitas? Existem. Cito estes exemplos deixando de comentar as práticas de distorção consagradas como a utilização por partidos políticos. Todos estes casos estão cadastrados em levantamentos que o LECC realiza e monitora, mas não divulga por razões óbvias. Entretanto, este tipo de uso, este mau uso, digamos assim, não pode servir de justificativa para a política ainda em vigor com as rádios comunitárias. Uma política persecutória com inúmeros casos de lideranças tendo sido presas diante de seus vizinhos e familiares; com todo o equipamento apreendido e ainda respondendo a processos. No momento, nós estamos trabalhando com uma emissora específica do Rio de Janeiro, fazendo exatamente este levantamento, com uma descrição de todo o percurso, antes, durante e posterior ao fechamento da emissora. Em países com um quadro político e civil caótico como o nosso parte-se sempre do princípio que o cidadão é culpado. Sendo assim, e respondendo diretamente à sua pergunta: a legalização é

necessária e já tardia. Temos também cadastrado muitos casos em que depois do fechamento da emissora, os grupos prosseguiram realizando suas atividades e alguns derivaram para outras mídias, como a internet.

EPTIC- A comunidade é a razão de ser das rádios comunitárias. É para aquela que estas trabalham, ou deveriam trabalhar. Mas será que os atores sociais envolvidos nas emissoras têm discernimento do papel que exercem, da influência que possuem? E a comunidade? Ela enxerga os meios comunitários como meros veículos de comunicação ou como seus porta-vozes? Nesse sentido, quais os desafios metodológicos para se realizar pesquisas qualitativas no âmbito do emissor, que é o próprio público, já que faz parte da comunidade? E os desafios para os estudos de recepção? Porque mesmo sabendo que o público é o alvo das emissoras comunitárias não há estudos sobre a receptividade da comunidade perante esses meios?

RP- As pesquisas na área da comunicação sofrem de um sintoma muito freqüente: todos são inovadores. Ou seja, nenhuma pesquisa ou pesquisador quer absorver e dar continuidade ao que o colega realizou. E obviamente esta é a maneira de se gerar conhecimento. E dessa maneira a pesquisa progride com maior velocidade. Sem realizar esta etapa do processo, tudo fica mais lento e os trabalhos em comunicação comunitária não fogem a esta regra. Muito pouco ou quase nada se avança, todo mundo pesquisa o que todo mundo já pesquisou. A única variação refere-se a referências bibliográficas. Por outro lado, tem um pessoal muito ativo, a parte da academia que prossegue com uma prática intensa junto aos grupos de comunicação comunitária. Eventualmente esses grupos tangenciam com os núcleos de pesquisa das universidades e aí sim é possível realizar pesquisas aplicadas realmente interessantes, testando-se metodologia, aplicando procedimentos novos e antigos. Das áreas mais carentes de pesquisa está a da recepção realmente, embora alguns grupos de pesquisa no país já comece a realizar e o que é interessante é que tem havido um diálogo neste sentido, talvez porque estes trabalhos estejam sendo feito por pesquisadores jovens – mestrando e doutorando – e todos nós, que estamos na área acabamos sendo convocados a dialogar no momento da qualificação ou defesa. Recentemente participei de uma qualificação de um mestrando da UFCE com uma pesquisa de recepção muito interessante em desenvolvimento e o momento da qualificação foi muito bom porque discutimos os procedimentos metodológicos mais convenientes para aquele trabalho específico. É assim que o conhecimento se consolida. Não adianta nada termos um boom de pesquisadores entrando para a área se eles não têm efetivo compromisso com a geração de conhecimento no setor e isso só é possível recuperando o que tem sido feito, acessando a bibliografia específica e propondo, finalmente projetos nas áreas ainda carentes de estudos.

EPTIC- Para a senhora, o jornalismo é a grande narrativa da atualidade. Uma narrativa aparentemente fragmentada, mas que representa os anseios, desejos e temores da civilização atual. O jornalismo é promotor e gerenciador de uma ordem exclusivista, concentracionista e correlacionada com os propósitos consumistas da atualidade. Por isso, é importante a pesquisa e a experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem

social. Como se poderia definir, então, esse jornalismo comunitário ou inclusivo? E em que sentido ele pode ser praticado nas rádios comunitárias (rotinas produtivas, estrutura organizacional e cultura profissional)? Trata-se de uma exclusividade desses meios ou uma proposta maior de renovação do jornalismo atual?

RP- Uma das aplicações da temática da comunicação comunitária que mais me interessa é a relativa à narrativa. Essa pergunta traz a urgência de uma proposta desenhada. Uma proposta que eu consigo realizar metodológica e detalhadamente e que pode ser implementada com sucesso. Pelo menos é o que acredito e em todas as instancias trazidas por você, ou seja, nas rotinas produtivas e em especial na cultura profissional, não sei se afetaria, entretanto a estrutura organizacional, em especial para os veículos de grande porte, já que a narrativa inclusiva não está afeita apenas à comunicação comunitária. Talvez ela esteja mais na ótica das urgências (as urgências a que faz menção Boaventura de Souza Santos) afeita aos veículos e profissionais da grande mídia. Neste sentido, eu acredito que se trata muito mais de uma proposta de renovação do jornalismo atual como você muito apropriadamente supôs.

EPTIC- Os meios de comunicação tradicionais são os mediadores de consenso e respondem pela articulação da hegemonia, sendo responsáveis pela formulação da teoria revolucionária, segundo a senhora. Logo, a mídia e sua estrutura de produção incorpora o intelectual coletivo gramsciano na atualidade. As rádios comunitárias podem ser espaços de formação e atuação para atores envolvidos nestas se tornarem intelectuais orgânicos, a longo prazo? De que forma isso pode acontecer?

RP- Hoje, diferentemente do que ocorria nos anos 80 ou mesmo 90 - quando se visualizavam apenas algumas possibilidades de exercício da profissão do comunicador social, o recém formado num curso de jornalismo, por exemplo – hoje temos um número significativo de pessoas que buscam trabalhar com “empregadores alternativos”, digamos assim, não apenas para especificar as milhares de ongs existentes e que atuam na área da comunicação, mas também com veículos e propostas comunitárias. Esse novo cenário de empregabilidade teve dentre seus grandes agenciadores a nova mídia, a internet, gerando novas possibilidades de atividade profissional. Temos registro também de casos em que o estudante ao terminar a faculdade ingressa tanto numa empresa jornalística de grande porte, trabalhando num canal de tevê, por exemplo, e ao mesmo tempo atuando com jornais comunitários, ou pré-vestibulares comunitários, grupos de música, dança e teatro comunitários. Este é um cenário. O outro é que hoje e nos últimos cinco anos temos convivido tanto na graduação, como no mestrado e doutorado com alunos que atuam de maneira sistemática e profissional em projetos de comunicação comunitária e a relação com a academia produz uma troca intensa e benéfica para todos.

EPTIC- E para finalizar, a dinâmica contemporânea remete a novos olhares, novas perspectivas e inquietações sobre mídias comunitárias, entre elas as rádios com fins comunitários. Tanto os conceitos, todos relacionados com o de comunidade, como cidadania, esfera pública e hegemonia, quanto as práticas, merecem novas reflexões. Com isso, surgem diferentes desafios teóricos e metodológicos para mergulharmos no

universo dos veículos comunitários. Quais seriam, então, os obstáculos – teóricos e metodológicos?

RP- O maior obstáculo para os estudos de comunicação comunitária certamente seria a apropriação e o esvaziamento da temática. Este cenário seria uma lástima e representaria anos de retrocesso para uma temática que é tão urgente.